Edgar Gastón Jacobs

Aplicação do Decreto no 7.962/2013 aos contratos entre IES e alunos.

Um grande número de Instituições de Ensino Superior que optou por oferecer serviços e até formalizar contratos por meio da internet. Nestes casos, as IES os meios utilizados são os contratos eletrônicos, um tema relativamente novo que passou a ser regulamentado pelo Decreto no 7.962/2013 a partir do dia 14 de maio deste ano.

O Decreto tem foco em três direitos do consumidor: Informações claras, Atendimento facilitado e Direito de Arrependimento. Além disso, prevê a aplicação das regras sobre a divulgação de preços nos sites que ofertam serviços, inclusive educacionais. Trata-se da incidência das regras sobre direito do consumidor de obter informação adequada e clara sobre produtos e serviços, importadas do Decreto 5.903/2006.

A nova norma, que também menciona regras sobre compras coletivas, inicia seu rol de exigências impondo a divulgação, “em local de destaque e fácil visualização”, das seguintes informações sobre o fornecedor e sobre os serviços:

- nome, CNPJ e dados necessários para sua localização e contato;
- características essenciais do serviço, com destaque para eventuais riscos;

Escrito por Edgar Gastón Jacobs Flores Filho
Seg, 20 de Maio de 2013 00:00

- preço e discriminação de demais despesas adicionais ou acessórias;
- condições integrais da oferta (modalidades de pagamento, disponibilidade, forma e prazo da execução do serviço etc.); e
- informações claras e ostensivas a respeito de quaisquer restrições a fruição da oferta.

A descrição do fornecedor busca evitar a presença de empresas irregulares que sequer possuam uma sede, enquanto a descrição do produto busca evitar erros causados por escolhas feitas às escuras.

A discriminação do preço e dos demais custos e tarefa que devera receber maior cuidado por parte das IES, que não costumam divulgar valores em seus sites. A partir do novo Decreto tal divulgação nos parece obrigatória e será necessário ainda respeitar as regras impostas pelo Decreto 5.903/2006, que veda, por exemplo, a utilização de “letras cujo tamanho não seja uniforme ou dificulte a percepção da informação”, a disposição do preço na vertical e o uso de letras em cores não contrastantes com o fundo do texto.

Estas são normas simples, mas de extrema relevância, pois poderão gerar multas e indenizações. Por isso, trataremos desses assuntos de forma detalhada em novos artigos, nos próximos INFORMATIVOS CONSAEJUR. Os temas abordados serão a descrição da oferta e, no Informativo seguinte, o atendimento facilitado.

No último artigo desta série trataremos do Direito de Arrependimento, que, normalmente, é aplicável aos contratos educacionais formalizados por meios eletrônicos, apesar de que, segundo visão do Tribunal de Justiça de São Paulo, por exemplo, não se aplica a contrato “cuja negociação é realizada na própria instituição”.

O contrato de prestação de serviços educacionais e as novas regras de comercio eletrônico (1ª parte)

Escrito por Edgar Gastón Jacobs Flores Filho
Seg, 20 de Maio de 2013 00:00